

Saúde mental da professora e os efeitos da pandemia em sua docência na Educação Básica: um olhar a partir da perspectiva de gênero

Mental health of female teacher and the effects of the pandemic on their teaching in Basic Education: a look from the gender perspective

Salud mental de la profesora y los efectos de la pandemia en su docencia en Educación Básica: una mirada desde la perspectiva de género

Mara Dantas Pereira 

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil
maradantaspereira@gmail.com

Loriene Assis Dourado Duarte 

Faculdade Cesrei, Campina Grande, PB, Brasil
lorienedourado@gmail.com

Dinamara Garcia Feldens 

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil
dinag.feldens@gmail.com

Joilson Pereira da Silva 

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil
joilsonp@hotmail.com

Recebido em 25 de abril de 2022

Aprovado em 30 de agosto de 2022

Publicado em 06 de setembro de 2023

RESUMO

Este artigo objetiva discutir sobre saúde mental da professora da Educação Básica, assim como conhecer os efeitos da pandemia em sua docência a partir de uma perspectiva de gênero. Trata-se de uma revisão da literatura nacional e internacional, ancorada em um levantamento bibliográfico realizado a partir de artigos científicos, documentos legais, livros e *websites*. O estudo está dividido em

cinco tópicos, para facilitar a compreensão do leitor. Sendo tais: 1) Caminhos metodológicos percorridos; 2) O debate teórico em torno da função do estado, da família e da sociedade para a oferta da Educação em tempos pandêmicos; 3) Efeitos da pandemia na saúde mental das professoras da Educação Básica; 4) Ser professora, ser mulher na Educação Básica: dificuldades e superações em sua docência em tempos de pandemia; e 5) Considerações finais. Percebe-se que a pandemia da COVID-19 transformou a vida das professoras, afetando diretamente a sua vida pessoal e profissional. Cada mulher vivenciou e ainda continua a experimentar situações adversas de um modo particular. Posto isto, reconhece-se que estes eventos estressantes na escola podem também nos ensinar, visto que, não basta falar sobre o Ensino Remoto ministrado em formato de *home-office* pelas professoras da Educação Básica, mas é necessário referenciar o contexto em que a maioria delas está inserida durante esse tipo de trabalho, pois estão sujeitas ao adoecimento mental gerado por elementos relacionados à docência, como estresse, ansiedade e depressão. Conclui-se que é necessário o desenvolvimento de intervenções da Psicologia com a finalidade de promoção da saúde mental dessas professoras.

Palavras-chave: Educação Básica; Mulheres na Docência; Pandemia da COVID-19.

ABSTRACT

This article aims to discuss the mental health of Basic Education teachers, as well as to understand the effects of the pandemic on their teaching from a gender perspective. This is a review of national and international literature, anchored in a bibliographical survey carried out from scientific articles, legal documents, books, and websites. The study is divided into five topics to facilitate the reader's understanding. These are: 1) Methodological paths followed; 2) The theoretical debate around the function of the state, family, and society in offering Education in pandemic times; 3) Effects of the pandemic on the mental health of Basic Education teachers; 4) Being a teacher, being a woman in Basic Education: difficulties and overcoming in teaching during pandemic times; and 5) Final considerations. It can be noticed that the COVID-19 pandemic transformed the lives of women teachers, directly affecting their personal and professional lives. Each woman experienced and continues to experience adverse situations in a particular way. Specifically, it is recognized that these stressful events in the context of Basic Education can also teach us since it is not enough to talk about Remote Teaching provided in a home-office format by female teachers, but it is necessary to refer to the context in which most of them are inserted during this type of work since they are subject to mental illnesses generated by elements related to teaching, such as stress, anxiety, and depression. We conclude that the development of psychological interventions is necessary to

promote the mental health of these teachers.

Keywords: Basic Education; Women in Teaching; COVID-19 Pandemic.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir sobre la salud mental de la profesora de Educación Básica, así como conocer los efectos de la pandemia en su docencia desde una perspectiva de género. Se trata de una revisión de la literatura nacional e internacional, basada en una revisión bibliográfica realizada a partir de artículos científicos, documentos legales, libros y sitios web. El estudio se divide en cinco temas para facilitar la comprensión del lector. Siendo tales: 1) Caminos metodológicos recorridos; 2) El debate teórico en torno a la función del estado, la familia y la sociedad para la oferta de Educación en tiempos pandémicos; 3) Efectos de la pandemia en la salud mental de las profesoras de Educación Básica; 4) Ser profesora, ser mujer en Educación Básica: dificultades y superaciones en su docencia en tiempos de pandemia; y 5) Consideraciones finales. Se percibe que la pandemia del COVID-19 transformó la vida de las profesoras, afectando directamente su vida personal y profesional. Cada mujer vivió y sigue experimentando situaciones adversas de manera particular. Por lo tanto, se reconoce que estos eventos estresantes en la escuela también pueden enseñarnos, ya que no basta con hablar sobre la Enseñanza Remota impartida en formato de home-office por las profesoras de Educación Básica, sino que es necesario hacer referencia al contexto en el que se encuentra la mayoría de ellas durante este tipo de trabajo, ya que están sujetas a enfermedades mentales generadas por elementos relacionados con la docencia, como el estrés, la ansiedad y la depresión. Se concluye que es necesario el desarrollo de intervenciones psicológicas con el fin de promover la salud mental de estas profesoras.

Palabras clave: Educación Básica; Mujeres en la Docencia; Pandemia del COVID-19.

Introdução

Iniciamos nosso artigo ressaltando que desde 2020, a sociedade mundial vem enfrentando diversas dificuldades em face do surgimento da pandemia da COVID-19. No momento que escrevemos esse texto, completamos dois anos de pandemia, contabilizando 505.817.953 casos confirmados de COVID-19 no mundo (WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO], 2022). Destaca-se que no Brasil, 30.349.463 indivíduos foram diagnosticados com a doença supracitada (BRASIL, 2022). Diante desse panorama, voltamos no tempo, mais precisamente entre 2020 e 2021, onde um cenário de crise impôs grandes desafios a serem enfrentados pelas áreas da saúde, da economia, da segurança pública, da cultura, entre outras, dentre as quais o presente estudo abrange como pano de fundo a aludida pandemia no cenário da Educação Básica (EB) ao longo do recorte temporal escolhido para este trabalho.

Nesse sentido, a pandemia exigiu a implementação do Ensino Remoto (ER) ofertado na modalidade *online* em diferentes níveis de ensino, inclusive para a EB. Cabe aqui a compreensão que essa nova realidade gerou diversos obstáculos vivenciados pelas professoras no processo do emprego das adaptações pedagógicas emergenciais (SOUZA; REALI, 2022). Além disso, é inegável que a suspensão das atividades escolares presenciais ocasionou ansiedade, dúvidas e dificuldades que, durante os primeiros meses de isolamento/distanciamento social, estiveram associadas, sobretudo, ao acesso remoto por parte das comunidades escolares, à possibilidade de entrega de materiais aos estudantes e às questões que circundam demandas específicas do cenário educacional, como a distribuição de alimentos, as condições de trabalho adversas, a depressão, entre outras (FLORES; MAGO, 2020; DARSIE; FURTADO, 2022).

Diante de tal cenário de crise, o trabalho das professoras na EB passa por grandes transformações. Considera-se que a prática docente é um ofício essencial para uma educação transformadora, e a formação cidadã. Nesse sentido, a práxis pedagógica apresenta especificidades e discrepâncias no que se refere ao desenvolvimento do trabalho prescrito e real encontrado no contexto da EB. Além disso, sabemos que a profissão de professor(a) é tida como umas das mais desgastantes e causadoras de sofrimento mental, dado que envolve intenso relacionamento interpessoal, cuidado, esforço físico, psicológico e dedicação ao trabalho (SANTOS; SILVA, 2022). A soma desses esforços dentro do espaço escolar presencial, no ambiente virtual ou em atividades extramuros não é reconhecida financeiramente e nem pela sociedade brasileira. Ademais, estes profissionais sofrem com o ambiente de trabalho inapropriado, fragilidade na formação em tecnologias digitais e desvalorização financeira (BISPO; SANTOS; SILVA, 2022).

Aqui, então, precisamos dizer antes de prosseguir, que nesse cenário pandêmico, o trabalho da mulher docente sofreu diversas mudanças repentinas no âmbito da EB. Contudo, as professoras estavam despreparadas para o ER, o que afetou diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Exigindo assim, a necessidade do planejamento de novas práticas pedagógicas em contexto *online*, no entanto, as dificuldades encontradas nesse processo resultam em efeitos negativos sobre a saúde mental destas mulheres. Isto posto, justifica-se, este estudo, pela necessidade de investigar a relação entre as possíveis repercussões da pandemia na saúde mental e na docência das professoras, por meio de um recorte de gênero. Sendo assim, esta pesquisa poderá oferecer subsídios para os gestores e psicólogos/os escolares desenvolverem ações que busquem mitigar os efeitos da crise da COVID- 19 na Educação, os quais urgem a emergência do cuidado em saúde mental das docentes.

Diante do exposto, algumas questões se apresentam: Quais os impactos da pandemia na saúde mental das professoras na Educação Básica? De que forma os efeitos da pandemia interferem em sua docência na Educação Básica? Para responder estas duas perguntas, realizamos uma revisão da literatura nacional e internacional, assim como também consultamos os documentos legais e *websites*. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo discutir sobre saúde mental da professora da Educação Básica, assim como conhecer os efeitos da pandemia em sua docência a partir de uma perspectiva de gênero. Para tanto, trazemos para este estudo alguns olhares de pesquisadoras e/ou professoras acerca da temática que construímos a partir do que vivemos e experienciamos. Assim como contamos com a visão de dois pesquisadores doutores mais experientes no campo da Educação/Psicologia para guiar a construção deste texto.

Frente a isso, as cinco partes em que este texto está organizado visam colaborar para o aprofundamento da discussão sobre o tema. Inicialmente, abordam-se os caminhos metodológicos percorridos para a elaboração deste estudo. Em seguida, apresenta-se um debate ancorado na literatura científica nacional/internacional e nos dispositivos legais nacionais, acerca da função do estado, da família e da sociedade para a oferta da Educação em tempos pandêmicos. Na sequência, são apresentadas considerações a respeito dos efeitos da pandemia na saúde mental das professoras da EB. Posteriormente, discorre-se sobre ser professora, ser mulher na EB, apontando as dificuldades e as formas de superação em sua docência durante a vigência da pandemia. Nas considerações finais retoma-se o tema de estudo com base em reflexões dos autores tendo como pano de fundo a COVID-19.

Caminhos metodológicos percorridos

Trata-se de uma revisão da literatura nacional e internacional, a partir de um levantamento bibliográfico realizado a partir de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, documentos legais, *websites* ou outros, que constituem as fontes bibliográficas (GIL, 2002). Conforme Prodanov e Freitas (2013) considera-se um tipo

de estudo que se realiza exclusivamente embasado em dados secundários (dados que já foram coletados e analisados). Estes mesmos autores afirmam que essa modalidade de pesquisa permite ao/a pesquisador/a cobertura de um conjunto de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Ademais, pode-se também considerar que este artigo, metodologicamente, apresenta caráter descritivo visto que, por meio do processo analítico da abordagem exploratória, serão descritas as discussões, não com foco em determinar caminhos certos a seguir, mas, suscitar reflexões, inclusive através de questões que necessitam ser pensadas.

Este estudo seguiu os seguintes passos: a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório do assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; i) redação do texto. Foram consultadas, durante o mês de março de 2022, as bases de dados Periódicos CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Education Resources Information Center* (ERIC) e *Web of Science*. A utilização destas bases se deu em detrimento de reunirem um vasto acervo de periódicos científicos de diversos campos do conhecimento, inclusive do Direito, Educação e Psicologia. Áreas que dialogam com a formação acadêmica e atuação profissional dos autores do presente artigo. Para fins de construção deste texto, recorreremos também à consulta de livros, documentos legais e *websites* de entidades governamentais.

Para as buscas, foram utilizadas as seguintes palavras-chave, em múltiplas combinações, em português, espanhol e inglês: (Professores Escolares/Profesores de Escuelas/School Teachers) AND (Saúde Mental/*Salud Mental*/*Mental Health*) AND COVID-19 AND (Condições do Trabalho Docente/*Condiciones de Trabajo de los Profesores*/*Conditions of Teaching Work*) AND (Mulheres/*Mujeres*/*Women*). A busca foi realizada entre os dias 15 e 20 de março de 2021. A escolha dos termos-chave considerou os vocábulos dos *Thesaurus* Brasileiro de Educação (BRASED) e dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH).

Foram adotados como critérios de inclusão: a) produções escritas em português, inglês ou espanhol; b) estudos revisados por pares publicados em

periódicos indexados nacionalmente e/ou internacionalmente; c) documentos legais brasileiros e *websites* de agências governamentais do Brasil e do mundo; d) artigos publicados preferencialmente durante o período crítico de vigência da pandemia (2020-2022); Tendo sido empregados os critérios de elegibilidade supracitados, prosseguiu-se com a exclusão de produções duplicadas e estudos cuja análise do título indicasse impertinência com relação à temática das perguntas de pesquisa consideradas.

Por conseguinte, os estudos selecionados foram submetidos à análise por duas pesquisadoras independentes, de modo a examinar sua pertinência às perguntas consideradas. Por fim, o material selecionado foi lido na íntegra pelas autoras e por dois pesquisadores doutores com expertise na temática da presente pesquisa. Por fim, os estudos aprovados em consenso entre os autores/examinadores constituíram o *corpus* deste estudo.

Na sequência, apresenta-se a fundamentação teórica, a partir dos estudos selecionados para compor o referencial teórico deste artigo.

O debate teórico em torno da função do estado, da família e da sociedade para a oferta da Educação em tempos pandêmicos

O campo de discussões que orienta esta pesquisa encontra-se em sintonia com a necessidade de que entender a EB em tempos de pandemia é prever um planejamento de modo colaborativo entre o governo e a sociedade civil, especialmente junto aos poderes públicos municipais de forma intersetorial junto às suas secretarias, garantindo a proteção e a participação da infância e adolescência, por meio da escuta ativa, dos profissionais da educação, da família, e da sociedade, pois, “a educação, como fenômeno social, possui relação direta com a política, economia, com o campo social no qual está inserida, exercendo significativa importância evolutiva em todo o mundo” [...] (DOURADO, 2020, p 13).

O direito à educação é um compromisso constitucional, que se consolida nas legislações e políticas públicas do país com base nos princípios norteadores de caráter público do ensino, entre eles: igualdade, liberdade, qualidade e gratuidade

(BRASIL, 1988). Dentro desse contexto, a EB é tutelada pela Carta Cidadã, sendo sua gratuidade garantida em estabelecimentos oficiais. Conforme estipulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira [LDB] (1996), é dever do estado garantir Educação Pública. De acordo com Anjos *et al.* (2019), o direito à Educação configura-se um modo de superar as desigualdades sociais. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF] (2011), a universalização do acesso à escola no Brasil oportunizou que a maioria das crianças e dos adolescentes tivessem garantido seu direito de aprender. Contudo, isso não serviu para todos. Pois mesmo com o aumento de alunos/as nas escolas, ainda existe a exclusão escolar. Ainda segundo essa entidade, em 2020, diante do contexto da pandemia da COVID-19, no país, estima-se que 345 mil crianças de 3,2 mil municípios estavam fora da escola (UNICEF, 2022).

Considerando esse período atípico, os encaminhamentos para minimizar os efeitos da suspensão das atividades letivas na EB se materializam em políticas locais. No Brasil, o Parecer nº. 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo Ministério da Educação (MEC), considerou a autonomia dos entes federados (estados e municípios), propondo que os gestores educacionais devem promover iniciativas para reduzir os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos/as estudantes, entre elas “[...] a realização de atividades pedagógicas não presenciais enquanto persistirem restrições sanitárias, garantindo ainda os demais dias letivos mínimos anuais/semestrais previstos no decurso” (BRASIL, 2020, p. 6). Diante disso, todas as escolas públicas optaram pelo ER, que pode ser definido como todo conteúdo produzido, disponibilizado *online* e ministrado em tempo real pelo/a professor/a, em salas de aulas virtuais, sempre seguindo cronogramas adaptáveis do ensino tradicional (FLORES; MAGO, 2020).

No âmbito desta reflexão, é preciso enfatizar que o contexto de pandemia, em que as famílias prioritariamente estão com crianças e adolescentes, a escola ainda pode e deve continuar com seu papel de corresponsável na educação destes indivíduos, como também a comunidade, premissa essa disposta tanto na Constituição Federal (1988), na LDB (1996) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Construir e fortalecer o diálogo com as famílias é, em si, uma

forma que proporciona o estreitamento das relações mediante da interlocução, especialmente, na orientação em relação às possíveis dúvidas com o cuidado e educação de crianças e adolescentes, a respeito de informes sobre a própria doença e sua prevenção, esclarecimentos e direcionamentos sobre programas sociais que possibilitam o acesso à alimentação, medicamentos e outras necessidades.

No campo dos pressupostos legais, as políticas educacionais emergenciais acontecem em um novo contexto, onde o espaço escolar foi virtualmente ampliado, bem como as relações entre educadores e alunos/as e a própria relação ensino-aprendizagem, mediadas pelas tecnologias da informação e do conhecimento, largamente difundidas e usadas durante a pandemia (OLIVEIRA *et al.*, 2021). No entanto, as Secretarias de Educação dos municípios brasileiros, não estavam preparadas para tal situação, entendemos que a formulação dessas ações emergenciais se deu em um período bastante rápido, aumentando os níveis de incerteza e ambiguidade dos programas desenhados. Como não houve tempo para se elaborar estratégias que vinculassem e articulassem com os professores que atuam na linha de frente, entendemos que a adesão desses indivíduos foi bastante heterogênea. Ao implementar um programa de educação apoiado no uso das tecnologias, as Secretarias potencializam a discricionariedade desses profissionais, além de induzir níveis distintos de comprometimento e motivação, muito dependentes da ação individual dos professores, que, também, estão expostos às dificuldades em ter os recursos tecnológicos necessários para começar a ministrar aulas remotas. Além de que o acesso à internet e aos aparelhos tecnológicos que possibilitam o ensino a distância não fazem parte da realidade de muitos/as estudantes (GOEDERT; BEZ; ARNDT, 2020).

Diante desse cenário de adversidades, as escolas do país enfrentaram diversas barreiras para oferecer um ER ancorado na estratégia da sincronicidade (todos conectados ao mesmo tempo) e na transmissão de conteúdos (repetindo a aula expositiva presencial) via mídias audiovisuais (MELO; TOMAZ, 2020). Os autores alertam ainda para o fato de que nem as escolas particulares que já adotavam algum modelo híbrido de Educação, tendo implantada alguma cultura de adoção das tecnologias digitais educacionais, podem declarar que conseguiram

mudar em pouco tempo para a modalidade *online*. Sendo assim, o caminho a ser pensado para o ER na EB se constitui dentro do campo do direito, como previsto na LDB o direito à educação de qualidade, não visando apenas sua oferta.

Nessa direção, é preciso fomentar mecanismos para destinar orçamento para o desenvolvimento de programas de auxílio à inclusão digital, visando ofertar aos estudantes um auxílio financeiro para a compra de equipamentos eletrônicos, assim como prever o acesso à internet para os alunos/as matriculados/as na rede pública de ensino básico (MARTINS; ALMEIDA, 2020; RODRIGUES; ALBANI; BAHDUR, 2020). Diante de tal constatação, destacamos que o discurso de ER na EB deve ser trilhado no sentido de continuar as práticas educativas que melhor promovam a aprendizagem em tempos pandêmicos. E estas ações devem ser asseguradas e priorizadas pelo Estado e pelos municípios brasileiros. Não obstante, alertamos que o trabalho que constitui e caracteriza a EB não deve ser confundido com a visão mecânica de ensino na qual uma série de atividades são passadas aos alunos, bem como não se pode cometer o equívoco de compreender a mediação da tela (e.g., celular e computador) como propícia para o ensino de conteúdos.

Tendo em vista a realidade da Educação na pandemia, consideramos que, no início da fase pós-pandêmica no país, deve-se valorizar o espaço/tempo que acolhe os encontros e as múltiplas dimensões da infância e da adolescência. Bem como, as escolas devem oferecer melhores condições de trabalho as/os professoras/es, buscando favorecer seu desempenho laboral e propiciar um melhor bem-estar para mitigar o desgaste mental gerado pela pandemia nestes profissionais.

Efeitos da pandemia na saúde mental das professoras da Educação Básica

Dando seguimento ao nosso debate, não poderíamos deixar de citar que a relação saúde mental e docência é objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento, e estes são o caso da Educação e da Psicologia. Esse tema tem sido crescente nos últimos anos e diversas pesquisas consideram que o trabalho do/a professor/a possui uma sobrecarga que gera impactos significativos na qualidade de

vida, ocasionando problemas físicos e psicológicos (BAKER *et al.*, 2021; JAKUBOWSKI; SITKO-DOMINIK, 2021; BISPO; SANTOS; SILVA, 2022; SANTOS; SILVA, 2022).

De antemão, convém elucidar que, segundo World Health Organization [WHO] (2018), a saúde mental é definida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades, tendo em vista, também, a qualidade de vida como fator importante para a saúde. Nessa guisa, os transtornos de humor (*e.g.*, alterações no temperamento e comportamento) e ansiedade são de particular relevância quando se discute a saúde mental da mulher (GIBBS; LEE; KULKARNI, 2012). A depressão e a ansiedade não são apenas os problemas de saúde mental mais proeminentes na sociedade moderna, a maioria das manifestações desses problemas ocorre em taxas muito mais elevadas nas mulheres (PATTEN *et al.*, 2015). A partir destes autores, entendemos que elas correm um risco duas a três vezes maior do que os homens de desenvolver um quadro ansioso ou depressivo, e muitas vezes seus sintomas estão associados às vivências adversas no trabalho.

Nos últimos cinco anos, segundo os dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação [CNTE] (VIEIRA, 2017), 71% dos/as profissionais de Educação solicitaram afastamento de suas funções por problemas psiquiátricos e psicológicos. O estresse (65,7%) e a depressão (53,7%) lideram os casos. Em outra pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná (NESC/UFPR), com 1.021 professores/as no estado do Paraná, evidenciou que a ansiedade (70%) e a depressão (44%) foram predominantes entre estes/as profissionais. O NESC/UFPR reportou, ainda, a prevalência do adoecimento psicológico nas mulheres e ressalta com uma das prevaletes causas do sofrimento mental, as novas condições de trabalho, a sobrecarga, o grande número de alunos/as em sala de aula, à docência na EB, entre outras (TOSTES *et al.*, 2018).

Ao mesmo tempo, os autores mencionados acima revelam que o adoecimento emerge em decorrência da excessiva carga de trabalho que possui índices alarmantes no sistema educacional brasileiro. Confirmando isso, em 2018, uma

pesquisa conduzida pela Associação Nova Escola, com uma amostra de 5.000 professores/as, constatou-se que 87% dos entrevistados relataram que o trabalho docente aumenta o adoecimento. De modo geral, o estudo evidenciou que a ansiedade (68%), o estresse e a dor de cabeça (63%) surgem em predominância como sintomas e sinais do adoecimento entre os/as professores/as que atuam na EB (NOVA ESCOLA, 2018).

O trabalho docente é extremamente estressante, o que implica em experimentar emoções negativas, como raiva, ansiedade, tensão, frustração e depressão (JAKUBOWSKI; SITKO-DOMINIK, 2021). Além disso, o estresse das/os professoras/es pode ser definido em termos dos fatores de risco, uma vez que são específicos para cada professor/a, no entanto, estes são considerados os mais frequentes: carga de trabalho/pressão de tempo, baixa motivação dos/as alunos/as e problema de disciplina, ambiguidade de funções e o conflito de papéis, pressão para introduzir alterações curriculares, baixo salário, relações com o/a diretor/ae colegas, e tarefas não profissionais (PRILLELTENSKY; NEFF; BESSELL, 2016).

Desouky e Allam (2017) asseveram que a carga de trabalho e o comportamento estudantil são considerados preditores de ansiedade e depressão. Uma maior intensificação dos sintomas pode ser observada em mulheres, professores/as com longa experiência profissional e em aqueles/as que atuam na EB (LA TORRE *et al.*, 2019). Além disso, o estresse tem um impacto negativo na vida privada das professoras, o que pode gerar a redução da satisfação de vida, e em sua carreira profissional, resultando em menor compromisso e satisfação no trabalho e, conseqüentemente, implicando negativamente nas realizações dos/as alunos/as (HERMAN; REINKE; EDDY, 2020).

Sabe-se que as mulheres experimentam mais frequentemente conflitos entre trabalho e família, apesar de valorizarem igualmente o desempenho dos papéis familiares e profissionais (HONG; LIU; ZHANG, 2021). O estresse nestas profissionais é causado especialmente pela pressão do tempo e da carga de trabalho, enquanto o estresse familiar resulta da necessidade de cuidar dos/as filhos/as. As mulheres sofrem mais comumente com o estresse devido à carga de trabalho, e têm uma baixa qualidade de vida em comparação com os homens. Isto

pode levá-las a tomar a decisão de deixar a profissão (BUONOCORE; RUSSO, 2013). Cabe ainda mencionar que o estresse é mais frequente entre as mulheres e professoras que trabalham em escolas em áreas de baixa renda (FERGUSON; FROST; HALL, 2012; BOTTIANI *et al.*, 2019).

Por sua vez, em tempos pandêmicos, quando se trata da necessidade de prevenir a propagação da COVID-19, o trabalho remoto/*home-office* torna-se uma boa estratégia de mitigação dessa doença (BEZERRA, 2020). Dessa forma, evita-se a exposição dos/as colegas de trabalho durante o período de contágio, bem como dos/as próprios/as estudantes e demais trabalhadores da Educação envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (CHICK *et al.*, 2020). Para tanto, o *home-office* tornou-se a modalidade de trabalho mais adotada pelas instituições de EB durante a pandemia. Essa mudança gerou uma necessidade urgente de adaptação por parte de muitas professoras (SIQUEIRA *et al.*, 2020). E dentro desse contexto, a educadora vem trabalhando durante a pandemia, realizando atividades no ER. Embora essa continuidade do trabalho sob uma nova modalidade possa sugerir uma importante competência adaptativa para que as atividades de ensino-aprendizagem não sejam suspensas, as alterações trabalhistas necessárias para garantir essa continuidade tem que ser discutidas pelos gestores educacionais (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN; DALRI, 2021).

Sabe-se que o exercício do trabalho está diretamente ligado ao processo civilizatório, de formação cidadã, questão intrínseca à dignidade da pessoa humana. Entretanto, a forma como este é concebido, pode impactar de forma positiva ou negativa. No contexto educacional, as condições de trabalho, a remuneração insuficiente, a sobrecarga de trabalho, a ausência de legislação trabalhista acerca do ER, são fatores que corroboram com a diminuição dos direitos e garantias dos profissionais da educação, e em específico, das/os docentes, que historicamente já tem uma sobrecarga de trabalho (DARSIE; FURTADO, 2022).

Destaca-se, também, que muitas professoras não estavam qualificadas para tal transição, dado que existe uma defasagem enorme na formação permanente. Esta falta de preparação deve-se a diversos motivos, por exemplo, o fato de que as escolas não estavam preparadas para disponibilizar verbas financeiras a fim de

custear recursos tecnológicos digitais a estas docentes e a formação continuada para uso dessas tecnologias, bem como nem sempre ser possível manter um ambiente confortável para o *home-office* (CHICK *et al.*, 2020). Nesse sentido, podemos mencionar que é essencial uma carga horária maior devido às dificuldades de adaptação do profissional ou do estudante, devido ao isolamento/distanciamento social. Além de ao estar em casa, a professora também lida com diversos outros fatores, como a presença de mais pessoas no mesmo espaço e a educação das/os filhas/os.

Nessa perspectiva, Gomes *et al.* (2022) compartilha do posicionamento de que a partir da experiência do ER percebe-se o quanto é necessário a implementação de uma educação digital em rede de qualidade, comprometida com os novos desafios a serem enfrentados. Sobre isso, Moreira, Henriques e Barros (2020) defendem a necessidade do planejamento e organização do ambiente virtual, para que os/as alunos/as estejam a par do que aprenderão; estratégias de comunicação eficientes, que possibilitem uma troca real entre professor/a e aluno/a, e não a mera transmissão de informações; e um olhar rigoroso e seletivo da parte das professoras quanto às tecnologias e ferramentas digitais a serem usadas.

Este cenário leva à necessidade de reorganizar o trabalho docente no âmbito do *home-office*, visto que as professoras partilham suas atividades laborais com inúmeras outras funções, como a dedicação aos cuidados, afazeres pessoais, deveres de cidadão e profissionais nesta pandemia (MISIRLI; ERGULEC, 2021). Além disso, cumpre mencionar que as professoras com filhos/as enfrentam obstáculos na realização dessa atividade em casa, apresentando sentimentos como a intensa preocupação que surge das atividades concomitantes no mesmo espaço, com privação de circulação e outras interações devido ao distanciamento social. Tais desdobramentos determinam que elas podem ficar a cargo de suas famílias, o que as torna mulheres diretamente afetadas pela direção do *home-office* nesse ambiente tempo-espacial da pandemia (KIM; ASBURY, 2020).

Neste contexto, entende-se que o mal-estar na profissão docente emerge com a transformação do seu fazer laboral. Em virtude das exigências impostas pelo atual contexto emergencial, o trabalho das professoras passou por uma remodelação de

sua definição e natureza, ocasionando interferência para a organização do novo fazer educacional e a gestão escolar (BAKER *et al.*, 2021). Essa nova estrutura possui características que intensificaram as práticas pedagógicas, tanto em relação ao aumento das atividades extras, quanto uma brusca adaptação ao ER, sendo que esta nova modalidade de ensino não foi acompanhada por capacitação desses profissionais (XIE; GULINNA; RICE, 2021). Além disso, essa realidade também pode ser diferente para homens e mulheres, destacando-se as assimetrias de gênero que marcam as relações familiares e o mercado de trabalho. Com isso, reconhecemos que no âmbito de trabalho é legítimo considerar que as mulheres podem ficar ainda mais sobrecarregadas nesse ambiente.

Acredita-se que o excesso de demandas criadas pela pandemia tem produzido sofrimento mental e emocional às professoras (COELHO *et al.*, 2021; SANTOS; SILVA, 2022). De fato, tem sido comum sentimentos de raiva, angústia e exaustão; assim como os sintomas de estresse, ansiedade e depressão também têm sido frequentes nestas mulheres docentes, estando diretamente associados aos aspectos laborais e a situação de emergência pela COVID-19 (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Nessa lógica, a pandemia suscitou questões vinculadas ao excesso e à sobrecarga de trabalho das professoras, que necessitaram administrar, tanto nos seus ofícios cotidianos como na gestão de filhos/as em aprendizagem escolar, e o desafio das aulas remotas. Consequentemente, as limitações e impossibilidades das situações suscitaram uma nova trama das relações pessoais e no desenvolvimento profissional dessas mulheres, chamando a atenção para o elevado grau de estresse a que têm sido submetidas (ARRUDA; NASCIMENTO, 2021; PADMANABHANUNNI *et al.*, 2022).

Por conseguinte, essas condições podem expor as professoras a riscos que afetam diretamente em sua saúde mental durante esse cenário desafiador da pandemia, impondo-lhes a necessidade de desenvolver competências para conseguir lidar com problemas associados à sua saúde mental nesse período de adaptações na docência, ao mesmo tempo, tem que lidar com as repercussões das questões estruturais que assolam a realidade escolar, como as desigualdades sociais e a falta de recursos materiais ou espaço físico adequados para as aulas

remotas (OZAMIZ-ETXEBARRIA *et al.*, 2021). Por isso, consideramos que devem ser desenvolvidos mecanismos para redução dos riscos ocupacionais durante o *home-office*, assim como estratégias de enfrentamento voltadas à prevenção de doenças laborais. Em vista disso, considera-se que a pandemia reivindicou a necessidade das escolas oferecerem espaços digitais para a interação entre as/os professoras/es, o que automaticamente demanda de ações de qualificação de seus/as docentes para o ER (OLIVEIRA; CORREIA; MORÉS, 2020). A falta de habilidades destes profissionais ocasiona sucessivas dificuldades no uso de tecnologias educacionais que implicam negativamente na saúde mental deles/as. Dessa forma, defendemos que mais do que uma resposta adaptativa a um cenário pandêmico, o ER deve ser continuamente monitorado e investigado em relação às suas possíveis repercussões para a saúde mental de seus trabalhadores, em especial das professoras.

Ser professora, ser mulher na Educação Básica: dificuldades e superações em sua docência em tempos de pandemia

Ser professora e mulher em tempos de pandemia, significa lidar com o seu lar, trabalho e os processos familiares em um único espaço, o que dá relevo à fronteira entre o trabalho e a família, tornando-se difícil conciliar estes dois contextos simultaneamente. No entanto, destaca-se que mesmo antes da pandemia, as professoras já enfrentavam grandes desafios no local de trabalho, aquelas com filhas/os pequenas/os e pais idosos, apresentavam dificuldades em lidar com o trabalho e a família (ERDAMAR; DEMIREL, 2014). Assim, reconhecemos que a pandemia acabou acentuando ainda mais essa realidade, ao sobrecarregar intensamente as mulheres, que passaram a executar diferentes papéis ao mesmo tempo, o de mulher profissionalmente ativa na docência, dona de casa, mãe e professora das/os filhas/os.

Historicamente, a docência nos anos iniciais sempre foi marcada pela massiva presença feminina (BRUSCHINI, 1978; ALMEIDA, 1998), sendo que o magistério representava, de certo modo, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna

olhados como um filho ou filha “espiritual”. Por isso, é muito comum que as mulheres tenham que relacionar trabalho profissional com múltiplas funções, mediante de um modelo de família e papel parental ideal que traz como base as divisões de sexo e gênero, sobrecarregando as mães, o que mantém a iniquidade de gênero (CARVALHO, 2004). Na mesma perspectiva, Arruda e Nascimento (2021) argumentam que a rotina das professoras é bastante corrida e atribulada no seu cotidiano, visto que muitas possuem dupla/tripla jornada, equilibrando-se entre trabalho remunerado, atribuições de mãe, esposa, dona de casa, estudante e mulher. Não podemos esquecer, porém, que cada uma dessas dimensões integra as subjetivas individualidades, bem como são atravessadas por construções culturais engendradas especialmente pelas normas históricas do patriarcado que vivenciamos até o momento atual.

Louro (2010) explica que as práticas sociais são estruturas constituídas pelos gêneros e também constituintes dos gêneros. É no campo das relações sociais que os papéis desiguais são forjados e propagados para legitimar a hegemonia do masculino. Constatamos, portanto, que ao se pressupor os papéis ideais ou adequados para homens e mulheres, frequentemente, a partir da menção a competências/habilidades genéricas, como o enquadramento feminino ao ambiente doméstico, forja-se relações dispare que se sustentam na dicotomia sexo-gênero. Em consonância com o posicionamento descrito acima, temos na pesquisa da Fundação Carlos Chagas [FCC] (2007), a elucidação acerca de que as mulheres executam mais horas de atividades domésticas do que os homens. Elas gastam em média 27,2 horas de atividades semanais, enquanto eles gastam somente 10,6 (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009).

Durante a crise da COVID-19, as professoras da EB com filhos/as assumem o duplo papel de professora e mãe. Como professora, ela tem que educar as crianças de outras pessoas (exigências do trabalho). Como mãe, ela precisa acompanhar a si mesma com suas/seus filhas/os em casa (exigências da família) e/ou de seus pais idosos. Se os dois campos não forem tratados adequadamente, haverá um desequilíbrio, o que também pode trazer uma série de consequências negativas à saúde física e mental (HONG; LIU; ZHANG, 2021). Nesse sentido, as atividades do

lar, mesmo que compartilhadas com outros indivíduos da família, pendura como responsabilidade atribuída naturalmente a pessoa do sexo feminino, existindo-se assim uma desigualdade na divisão do trabalho, no que concerne ao gênero no cenário brasileiro (PESSOA; MOURA; FARIAS, 2021).

Nesse momento, recorda-se que em 2020, a adoção do ER foi necessária para mitigar os efeitos da pandemia (FLORES; MAGO, 2020). A partir disso, apontamos que houve uma ressignificação do trabalho docente e um alerta para as repercussões de tal contexto em termos de equidade e justiça social. Esse novo formato educacional ocasionou a transferência e transposição de metodologias e práticas pedagógicas do tempo e espaço presencial para o *online*, que frequentemente, tornou-se uma ótica meramente instrumental, minimizando as metodologias e as práticas a um ensino somente transmissivo, que se configura como uma alternativa temporária em uma situação adversa (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020). De modo geral, salientamos que um evento adverso é aquele que, em maior ou menor grau, nos causa desconforto e/ou sofrimento mental por escapar ao nosso controle, seja por ter-nos sido imposto externamente, seja por ter-se apresentado como efeito de uma escolha que fizemos. É o que temos vivido no caso da pandemia da COVID-19. Apresentamos dificuldades em lidarmos com ela, é que esta situação não estava na nossa lista de planejamentos, não fazia parte do nosso projeto de vida e, em nenhum momento, a desejamos. Por estas e outras razões, o distanciamento físico alterou a relação entre professoras e alunos/as transformou-se em trabalhar de forma conjunta por meio de recursos digitais.

Nesse âmbito, as professoras estavam sendo desafiada em sua prática, e tiveram que organizar o espaço físico da casa para as aulas e realização de reuniões (NASCIMENTO *et al.*, 2020). Para tanto, entendemos que uma nova forma de ensinar precisou ser traçada, as aulas precisaram ser ainda mais atrativas para garantir a participação e aprendizado das/os alunas/os. Além disso, essa docente se depara com a necessidade de aperfeiçoar ou até mesmo aprender a usar as tecnologias digitais atreladas à educação. Outros obstáculos que afetam em particular as professoras e as/os alunas/os de baixa renda são a falta de computadores, aparelhos celulares, *software* e *internet*, recursos tecnológicos que

são essenciais para a manutenção do ER. Ademais, o ensino está ocorrendo por meio de aulas em tempo real (comunicação síncrona), através de plataformas tecnológicas, denominadas *Google Meet*, *Zoom*, entre outras, muitas vezes estas ferramentas não foram ofertadas aos estudantes de escolas públicas, sendo que as professoras utilizavam apenas o aplicativo gratuito *WhatsApp* para ministrarem as aulas remotas, bem como para a realização de atividades extraclases *online* (DIAS, PINTO, 2020).

Cabe ressaltar pautado na experiência profissional de uma das autoras deste estudo em tela, que ela como mulher na docência enfrentou diversos desafios para o uso do aplicativo *WhatsApp* ou outras plataformas em aulas remotas, uma vez que durante o emprego da aula síncrona para tirar dúvidas das atividades e conteúdos ministrados, raramente havia a participação de algum estudante. Com isso, fez-se necessário o incentivo semanal através de mensagens para melhor aproveitamento desse horário, que buscava facilitar o entendimento do conteúdo para resolução do exercício proposto. Já no momento assíncrono geralmente ela disponibilizava para suas turmas vídeos aula, material de estudo e atividade semanal através do *WhatsApp*. No que tange às atividades semanais, poucas/osalunas/os faziam a entrega através do *Google Forms*, meio usado para gerenciar as atividades em ambas as turmas.

Outro fator, que merece ser destacado, é que as professoras estão experienciando a intensificação das funções referentes ao seu trabalho. Há uma demanda constante das escolas, dos pais e/ou cuidadores e dos/as próprias/os estudantes. Sobre isso, Branco e Neves (2020) relatam que a falta de privacidade, solicitações em horários (não comerciais) e dias (feriados, sábados e domingos) para tirar dúvidas, dentre outras necessidades. Igualmente, a partir das contribuições de Saraiva, Traversini e Lockmann (2020), refletimos que esse contato é efetuado de inúmeros modos como, por exemplo, ligações telefônicas, mensagens no *WhatsApp* e videochamadas.

A partir dessas argumentações, houve o aumento do estresse experimentado pelas professoras durante a transição para o ER, visto que esse processo incluem as rápidas mudanças observadas em todo o campo da Educação durante a

mudança para este "novo normal", treinamento inadequado no uso de recursos e equipamentos digitais, e na maioria dos casos, a falta de aparelhos adequados para o ensino à distância, comumente os artefatos tecnológicos são negligenciadas pelos governos estadual e federal no repasse das verbas às escolas públicas, bem como a não oferta de ferramentas de comunicação síncrona para videoconferências que requer planos pagos para remover limites e adicionar os recursos necessários a fim de ofertar o ER (KARAKOSE *et al.*, 2021).

Muitas escolas não tiveram recursos apropriados para fornecer as/os suas/eus alunas/os e professoras/es, dessa maneira as metodologias para o ER tomaram vários rumos e formatos diferentes (ARRUDA, 2020). Diante deste cenário escolar, crianças e adolescentes não estavam preparados para essa mudança que ocorreu de um dia para o outro, muitas famílias não tinham acesso à internet, como também às plataformas digitais (SANTOS; CABRAL, 2021). Além disso, reconhecemos que muitas/os professoras/es e coordenadoras/es não possuíam formações necessárias a esse novo processo, melhor dizendo, os escolares e docentes se viram rodeados por novos desafios.

O contato com alunas/os, pais e responsáveis para orientação do acompanhamento das atividades se deu de modo complexo, porque além da professora, as famílias também estão experienciando o período da pandemia. Por mais que a professora se dedicasse a orientar e se colocasse a disposição das/os alunas/os, existem outras vertentes escondidas no processo educacional que influenciam diretamente o bom desenvolvimento da atividade, e que estão além da orientação, como a questão do grau de instrução dos pais, bem como questões econômicas, de didática, emocionais e de saúde, entre outras.

Conforme as ideias de Freitas, Rodigheri, Menezes (2021), a Educação à Distância (EaD) *online* é um processo mais complexo e tem mais significado do que simplesmente criar, adaptar e carregar conteúdo digital educacional. Dentre as atividades realizadas no ensino *online*, destacam-se mapeamento e atualizações em tempo real, *webconferências*, *lives*, produção de videoaulas, entre outros materiais desenvolvidos para o ER. Enquanto a EaD é um processo de aprendizagem que proporciona maior responsabilidade, flexibilidade e escolha aos alunos, durante o

período de incerteza trazida pela pandemia, tem sido visto que o uso da EaD como uma ferramenta crítica tem, em alguns casos, impedido a compreensão de seu verdadeiro significado e papel na Educação. Moreira, Henriques e Barros (2020) reportam que os princípios básicos para o *design* de um ambiente *online* bem-sucedido, encontram-se relacionados à organização, seleção de recursos, preparação e avaliação de atividades de aprendizagem. Para tanto, Oliveira, Correia e Morés (2020) afirmam que criar um repositório digital para o compartilhamento de conteúdos refletiria em uma melhor divulgação dos novos materiais didáticos para utilização nas atividades em sala de aula *online* (síncrona) e extraclasse (assíncrona).

Por outro lado, o desafio é imenso porque envolve maior organização para correção de atividades, demanda um desgaste grande por conta do tempo e atendimento em jornada fora do horário de trabalho da docente, exigindo domínio e melhor recurso tecnológico no trato com o armazenamento para o recebimento dos arquivos, porque são trabalhos individuais por turma, e recebidos diariamente. Após esse processo, o planejamento se torna mais complexo e requisita reformulações diárias, porque exige um retorno ao/a aluno/a, a atividade necessita estar contextualizada e adaptada ao processo, fazendo caminho de comunicação com a aula *online*, buscando o melhor apoio para facilitar a compreensão do conteúdo dado na aula, e ainda se procura fazer uma atividade escolar diferenciada para atender aos que tiveram dificuldades em determinado conteúdo.

Nessa perspectiva, a professora se coloca em destaque diante dessa contextualização porque além dessas tramas ela precisa dar conta do ser mulher, se for mãe, precisa articular o cuidado do filho a demanda do trabalho docente, e se o filho tiver em idade escolar ainda, deve colaborar no desenvolvimento educacional, além de sua rotina de trabalho, da obrigação assumida com os pais e responsáveis das/os suas/eus alunas/os no acompanhamento das atividades (VEGA-FEIJÓ *et al.*, 2020). Complementando as considerações dos autores supracitados, Matute-Castillo *et al.* (2020) alertam que os níveis elevados de exaustão no trabalho da mulher docente em tempos de pandemia, visto que o processo de adoecimento emocional, o número de professoras infectadas e a precarização da profissão são

invisibilizados nos dados apontados pelas mídias sociais e pelas secretarias, porém os registros de práticas e relatos das/os estudantes sublinha a relevância técnica-pedagógica da mulher professora, sua posição no ensino não presencial reflete a habilidade no processo de ensino-aprendizagem e compromisso com a profissão.

Vale lembrar que ser professora é mais do que preparar uma aula, ela planeja construções coletivas de aprendizado, favorecendo a maximização das ferramentas remotas tecnológicas existentes. Isso reflete a emergência da multiplicidade de trocas, que pode sustentar um trabalho pedagógico que possibilite desabrochar em uma pedagogia que trilha o caminho da virtualidade. É fundamental que a professora reforce seu compromisso social a favor do espaço de formação da/o aluna/o, estabelecendo assim em um espaço que possuímos e levando-o a favor de uma Educação de qualidade. Para tanto, ensinar em ambientes virtuais requer mais dedicação da professora, mais apoio da equipe pedagógica, mais tempo de preparação e especialmente de acompanhamento (e.g., tutores) para essa nova prática de aprendizagem.

A interação entre aluna/o-professora-conteúdo foi transformada em novas teorias e incorporada às salas, que desta vez, são virtuais. Com isso, as aulas começaram a ser repensadas num novo processo de ensino. Esse fazer pedagógico revela uma alteração do paradigma educacional que vem a atravessar as barreiras. Sendo assim, esta nova possibilidade de ensino emerge não como um aprimoramento profissional, mas sim como uma reflexão do processo pedagógico. Assim, acreditamos que a formação continuada destas mulheres docentes sobre as tecnologias digitais faz-se importante para favorecer uma melhor prática pedagógica no ER, aliando essa nova necessidade, ao trilhar de um caminho rumo à educação digital que procure oportunizar a aquisição de novos saberes se tornando o passo inicial e crucial para a formação integral no âmbito digital. Além disso, defendemos a necessidade da elaboração de atividades que valorizem a interlocução entre estas professoras com as/os suas/seus alunas/os, buscando viabilizar um trabalho colaborativo que favoreça a participação efetiva desses estudantes no processo de ensino e aprendizagem em um espaço *online*.

Considerações finais

A pandemia da COVID-19 transformou a vida das professoras, afetando diretamente a sua vida pessoal e profissional. Nesse sentido, ressaltamos que cada mulher vivenciou e ainda continua a experienciar situações adversas de um modo particular. Especificamente, reconhecemos que estes eventos estressantes na escola podem também nos ensinar, visto que, não basta falar sobre o ER ministrado em formato de *home-office* pelas professoras da EB, mas é necessário fazer referência ao contexto em que a maioria delas está inserida durante esse tipo de trabalho. Apontamos, dessa forma, que a exposição a riscos se torna generalizada, aumentando as chances de encontrar professoras expostas e sujeitas ao adoecimento mental gerado por elementos relacionados à docência, como estresse, ansiedade e depressão.

Assim, acreditamos que, no atual cenário de crise, valorizar o saber da professora, através da adoção de recursos para políticas de formação continuada em tecnologias digitais e metodologias ativas para aquelas que atuam na EB. Tal prática pode favorecer o processo de ensino-aprendizagem no virtual, mediante o engajamento da mulher docente, despertando sua autoestima, seu interesse e confiança em realizar práticas pedagógicas para o ambiente *online*.

Além disso, recomendamos o desenvolvimento de intervenções da Psicologia com a finalidade de promoção da saúde mental dessas docentes. Com isso, entendemos que a parceria entre os campos da Educação e da Psicologia se faz essencial para elaboração de recursos importantes de valorização das docentes, proporcionando a escuta e o acolhimento por intermédio de psicólogas/os treinadas/os. Dessa forma, aconselhamos que as professoras, tenham um espaço para o compartilhamento sobre suas vivências, as funções que têm ocupado no trabalho virtual, no ambiente doméstico e as estratégias usadas para o enfrentamento e exercício da profissão diante da falta de recursos, dos baixos salários e dos estados emocionais negativos que têm acometido a classe docente.

Nesta direção, faz-se necessário que toda a sociedade se conscientize da excepcionalidade que a crise da COVID-19 trouxe para a cumprimento das ações e

políticas educacionais, impondo a todos os profissionais da área um novo modo de conduzir os processos educativos, sobretudo o processo de ensino e aprendizagem. Assim, essa reflexão é importantíssima pois muitos estudantes e professoras ainda não tem acesso aos equipamentos necessários para a operacionalização das aulas remotas.

Finalmente, destacamos que a pandemia deixa a mensagem de que necessitamos nos posicionar, sendo preciso cobrarmos ações bem estruturadas entre o MEC e o Estado para o repasse de verbas às Secretarias de Educação municípios do país, destinadas a investimento em recursos tecnológicos aos professores e estudantes, assim como oferecer condições de trabalho (e.g., carga horária menor e mais flexível) e salários dignos aos docentes (e.g., prêmios e bonificações salariais) que articulem com plano de carreira e o reconhecimento profissional.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ANJOS, Cleriston Izidro; SILVA, Shirley; SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. Políticas, formação docente e práticas pedagógicas: reflexões acerca de uma educação infantil inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. esp. 1, p. 641-655, 2019.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. EDUCAÇÃO REMOTA EMERGENCIAL: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

ARRUDA, Robson Lima; NASCIMENTO, Robéria Nádia Araújo. Narrativas de resiliências: implicações da pandemia na prática docente de mulheres. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 6, n. 18, p. 720-739, 2021.

BEZERRA, Italla Maria Pinheiro. State of the art of nursing education and the challenges to use remote technologies in the time of corona vírus pandemic. **Journal of Human Growth and Development**, v. 30, n. 1, p. 141-147, 2020.

BISPO, Luana dos Passos; SANTOS, Paulo César Marques de Andrade; SILVA, Tarcísio Fulgêncio Alves da. O impacto do Ensino Remoto Emergencial, no contexto

da pandemia da COVID-19, na saúde mental dos docentes universitários. **Conjecturas**, v. 22, n. 4, p. 92–106, 2022.

BOTTIANI, Jessika H. *et al.* Teacher stress and burnout in urban middle schools: Associations with job demands, resources, and effective classroom practices. **Journal of School Psychology**, v. 77, n. 1, p. 36–51, 2019.

BRANCO, Juliana Cordeiro Soares; NEVES, Inajara de Salles Viana. Trabalho docente em tempos de COVID-19: EaD e Educação Remota Emergencial. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 25, n. 3, p. 19–33, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 28 abr. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. **COVID19 Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Mulher e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras. **Cadernos de Pesquisa**, v. 1, n. 27, p.3-18, 1978.

BUONOCORE, Filomena; RUSSO, Marcello. Reducing the effects of work-family conflict on job satisfaction: The kind of commitment matters. **Human Resource Management Journal**, v. 23, n. 1, p. 91–108, 2013.

CHICK, Robert Connor *et al.* Using Technology to Maintain the Education of Residents During the COVID-19 Pandemic. **Journal of surgical education**, v. 77, n. 4, p. 729–732, 2020.

COELHO, Elenise Abreu *et al.* Saúde mental docente e intervenções da Psicologia durante a pandemia. **PSI UNISC**, v. 5, n. 2, p. 20–32, 2021.

DARSIE, Camilo; FURTADO, Roberval Angelo. Covid-19 e educação básica: reflexões sobre riscos e controle espacial no retorno às aulas presenciais. **Roteiro**, v. 47, n. 1, p. 1–20, 2022.

DESOUKY, Dalia; ALLAM, Heba. Occupational stress, anxiety and depression among Egyptian teachers. **Journal of Epidemiology and Global Health**, v. 7, n. 3, p. 191–198, 2017.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, p. 545-554, 2020.

(AUTOR). Ensino Domiciliar no Brasil: aspectos jurídicos e educacionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 240, 2020.

ERDAMAR, Gürcü; DEMIREL, Hüsne. Investigation of Work-family, Family-work Conflict of the Teachers. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 116, n. 1, p. 4919–4924, 2014.

FERGUSON, Kristen; FROST, Lorraine; HALL, David. Predicting Teacher Anxiety, Depression, and Job Satisfaction. **Journal of Teaching and Learning**, v. 8, n. 1, p. 27–42, 2012.

FLORES, Maria Assunção; GAGO, Marília. Teacher education in times of COVID-19 pandemic in Portugal: national, institutional and pedagogical responses, **Journal of Education for Teaching**, v. 46, n. 4, p. 507-51, 2020.

FRANÇA, Ana Letícia de; SCHIMANSKI, Édina. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. **Emancipação**, v. 9, n. 1, p. 65–78, 2009.

FREITAS, Cristiane DavinaRedin; RODIGHERI, Anameri Lara Bonotto; MENEZES, Ana Luisa Teixeira de. Tecnologia, educação e o pensamento complexo em tempos da COVID-19. **Revista Psicopedagogia**, v. 38, n. 117, p. 40–51, 2021.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. FCC. **Mulheres, trabalho e família**. 2007. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie2.php?area=series>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. UNICEF. **Educação-Situação no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/educacao>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. UNICEF. **Situação mundial da infância 2011: adolescência, uma fase de oportunidades**. Brasília, DF: UNICEF, 2011.

GIBBS, Zoe; LEE, Stuart; KULKARNI, Jayashri. What factors determine whether a woman becomes depressed during the perimenopause? **Archives of women's mental health**, v. 15, n. 5, p. 323–332, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Yasmin Leon *et al.* A prática docente em aulas remotas do ensino médio: potencialidades e fragilidades. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 27, n. 1, p. 1–18, 2022.

HERMAN, Keith C; REINKE, Wendy M; EDDY, Colleen L. Advances in understanding and intervening in teacher stress and coping: The Coping-Competence-Context Theory. **Journal of school psychology**, v. 78, n. 1, p. 69–74, 2020.

HONG, Xiumin; LIU, Qianqian; ZHANG, Mingzhu. Dual Stress or sand Female Pre-school Teachers' Job Satisfaction During the COVID-19: The Mediation of Work-Family Conflict. **Frontiers in Psychology**, v. 12, n. 1, p. 1–12, 2021.

JAKUBOWSKI, Tomasz Daniel; SITKO-DOMINIK, Magdalena Maja. Teachers' mental health during the first two waves of the COVID-19 pandemic in Poland. **PLOS ONE**, v. 16, n. 9, p. 1–25, 2021.

KARAKOSE, Turgut *et al.* Exploring the Interrelationship between COVID-19 Phobia, Work–Family Conflict, Family–Work Conflict, and Life Satisfaction among School Administrators for Advancing Sustainable Management. **Sustainability**, v. 13, n. 15, p. 1–19, 2021.

KIM, Lisa E.; ASBURY, Kathryn. 'Like a rug had been pulled from under you': The impact of COVID-19 on teachers in England during the first six weeks of the UK lockdown. **British Journal of Educational Psychology**, v. 90, n. 4, p. 1062–1083, 2020.

LA TORRE, Giuseppe *et al.* Definition, symptoms and risk of techno-stress: a systematic review. **International Archives of Occupational and Environmental Health**, v. 92, n. 1, p. 13–35, 2019.

LOURO, Guacira. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes e fazeres escolares em exposição nas redes. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 2, p. 215–224, 2020.

MATUTE-CASTILLO, Vilma Valeria *et al.* Tecnología en tiempos de pandemia: Una panorámica de salud mental en docentes. **Revista Arbitrada Interdisciplinaria Koinonía**, v. 5, n. 5, p. 357, 2020.

MELO, Keite Silva de; TOMAZ, Adriana. Ensino Remoto e as Contradições no Trabalho Docente. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, n. 1, p. 12–35, 2020.

MISIRLI, Ozge; ERGULEC, Funda. Emergency remote teaching during the COVID-19 pandemic: Parents experiences and perspectives. **Education and Information Technologies**, v. 26, n. 6, p. 6699–6718, 2021.

MOREIRA, José António Marques Moreira; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 351-364, 2020.

MOREIRA, José Antônio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, v. 20, n. 26, p. 1-35, 2020.

NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro do *et al.* PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DE BEM-ESTAR PSICOSSOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: Relato de uma prática de extensão universitária. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 3, n. 2, p. 47–69, 2020.

NOVA ESCOLA. **66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde**. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemas-de-saude>. Acesso em: 04 abr. 2022.

OLIVEIRA, Helter Luiz da Rosa *et al.* Perceptions on mental health of teachers at a public school on the westborder of Rio Grande do Sul. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, p. 1–16, 2020.

OZAMIZ-ETXEBARRIA, Naiara *et al.* The Psychological State of Teachers During the COVID-19 Crisis: The Challenge of Returning to Face-to-Face Teaching. **Frontiers in Psychology**, v. 11, n. 1, p. 1–10, 2021.

PADMANABHANUNNI, Anita *et al.* A serial model of the interrelationship between perceived vulnerability to disease, fear of COVID-19, and psychological distress among teachers in South Africa. **Annales Médico-psychologiques, revuepsychiatrique**, v. 180, n. 1, p. 23–28, 2022.

PATTEN, Scott B *et al.* Descriptive epidemiology of major depressive disorder in Canada in 2012. Canadian journal of psychiatry. **Revue canadienne de psychiatrie**, v. 60, n. 1, p. 23–30, 2015.

PESSOA, Amanda Raquel Rodrigues; MOURA, Marla Maria Moraes; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. A Composição do Tempo Social de Mulheres Professoras Durante a Pandemia. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 24, n. 1, p. 161–194, 2021.

PRILLELTENSKY, Isaac; NEFF, Marilyn; BESSELL, Ann. Teacher Stress: What It Is, Why It's Important, How It Can be Alleviated. **Theory Into Practice**, v. 55, n. 2, p. 104–111, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Cesar Ernani. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Beatriz Maria Dos Santos Santiago; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; DALRI, Rita de Cassia de Marchi Barcellos. Ser docente enel contexto de la pandemia de COVID-19: reflexiones sobre lasalud mental. **Index de Enfermería**, v. 29, n. 3, 2021.

RODRIGUES, Marcela Azarias; ALBANI, Thaís e Silva; BAH DUR, Daniela Hruschka. A pandemia e a urgência de medidas para inclusão digital. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, v. 4, n. 3, p. 155–177, 2020.

SANTOS, Noeli Batista dos; CABRAL, Valéria Fabiane. Aprendizagens em tempos remotos: entre dimensões e experiências de um curso na modalidade a distância durante a pandemia. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, v. 8, n. 2, p. 1–15, 2021.

(AUTOR). Sentido de vida e saúde mental em professores: uma revisão integrativa. **Revista da SPAGESP**, v. 23, n. 1, p. 131–145, 2022.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, v. 15, n. 1, p. 1–24, 2020.

SIQUEIRA, Heidy Cristina Boaventura *et al.* Pandemia de COVID-19 e Gênero: Uma Análise sob a Perspectiva do Princípio Constitucional da Isonomia. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 18, p. 216–226, 2020.

SOUZA, Ana Paula Gestoso de; REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues. Construção de práticas pedagógicas na educação básica em tempos de pandemia. **Práxis Educacional**, v. 18, n. 49, p. 1–25, 2022.

TOSTES, Maiza Vaz *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, p. 87–99, 2018.

VEGA-FEIJÓO, Patricia Katherine *et al.* Síndrome de Burnout: Un estudio con docentes de Educación Básica. **Revista Arbitrada Interdisciplinaria Koinonía**, v. 5, n. 1, p. 264, 2020.

VIEIRA, Juçara Dutra. **Pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos(as) profissionais da educação básica pública**. Brasília: CNTE, 2017. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2018/relatorio_pesquisa_saude_completo.pdf. Acesso em: 03 abr. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO. **Mental health: strengthening our response**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update-on-covid-19---12-april-2022>. Acesso em: 14 abr. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO. (2022). **Coronavirusdisease (COVID-19) pandemic**. Disponível em: [who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019). Acesso em: 25 abr. 2022.

XIE, Jingrong; GULINNA, A.; RICE, Mary F. Instructional designers' roles in emergency remote teaching during COVID-19. **DistanceEducation**, v. 42, n. 1, p. 70–87, 2021.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)